



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL

LAPA - PR

FLS. Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 31/92

Ementa: Concede reajuste salarial ao funcionalismo e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVA:

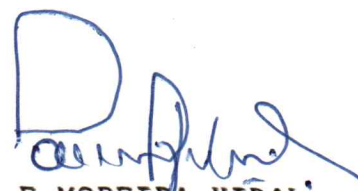
Art. 1º - Fica concedido um aumento salarial de 33% (trinta e três por cento), aos empregados públicos municipais, abrangendo o pessoal celetista, estatutários, os ocupantes de cargos em Comissão, funções gratificadas, os inativos e os pensionistas do Município.

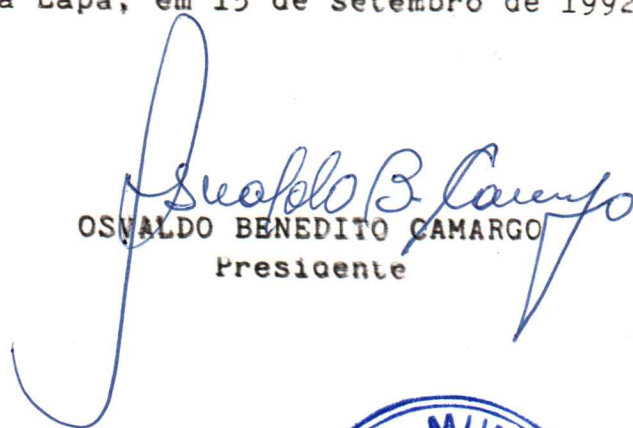
PARÁGRAFO ÚNICO: Para fins de cumprimento disposto neste artigo, o Executivo Municipal procederá a atualização da Tabela de Salários, instituída pela Lei 1066, de 05.02.91, ajustando-a com base no mesmo percentual, para cada categoria funcional.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão a conta da dotação 3111.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros há 1º de setembro de 1.992, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal da Lapa, em 15 de setembro de 1992.


MANOEL F. MOREIRA VIDAL
1º Secretário


OSVALDO BENEDITO CAMARGO
Presidente





Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 02

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente:

Os vereadores que o presente subscrevem no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário seja dispensado o interstício para a 2ª discussão do projeto de Lei nº 30/92, que concede reajuste salarial ao funcionalismo Municipal.

Sala das Sessões, em 14 de setembro
de 1.992.

ERNESTO DOS SANTOS NETO

Vereador



Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 03

Ofício nº 731

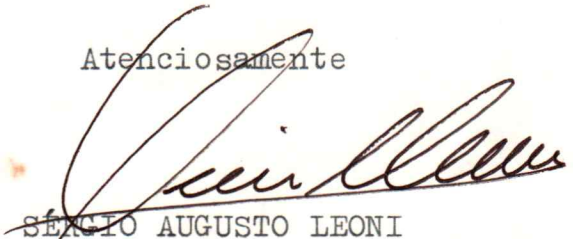
Lapa, 08 de setembro de 1992

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, projeto de Lei nº 030 que concede reajuste salarial ao Funcionalismo e dá outras providências.

Nesta oportunidade, renovo expressões de real apreço.

Atenciosamente


SÉRGIO AUGUSTO LEONI
Prefeito Municipal

EXMO. SR.

OSVALDO BENEDITO CAMARGO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NESTA

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR.
PROTOCOLO nº 385/92
DATA 08.09.92




Prefeitura Municipal de Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 04

PROJETO DE LEI Nº 030, de 08 de setembro de 1992.

Ementa: Concede Reajuste Salarial ao Funcionalismo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica concedido um aumento salarial de 33% (trinta e três por cento), aos empregados públicos municipais, abrangendo o pessoal celetista, estatutários, os ocupantes de cargos em comissão, funções gratificadas, os inativos e os pensionistas do Município.

Parágrafo Único - Para fins de cumprimento ao disposto neste artigo, o Executivo Municipal procederá a atualização da Tabela de Salários, instituída pela Lei nº 1066, de 05.02.91, ajustando-a com base no mesmo percentual, para cada categoria funcional.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão a conta da dotação 3111.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros há 1º de setembro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 08 de setembro de 1992


SÉRGIO AUGUSTO LEONI

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR

FLS. Nº 05

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 030, de 08.09.92

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.


Encaminha-se para apreciação por essa Egrégia Casa, Projeto de Lei que reajusta os vencimentos de todo o funcionalismo Público Municipal no percentual de 33% (trinta e três por cento).

Este índice refere-se à inflação acumulada desde o último reajuste. Também ajusta os salários dos servidores ao aumento do salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Está ainda, dentro dos limites estabelecidos pela Legislação Eleitoral, a qual veda reajustes superiores à inflação acumulada desde o último reajuste de vencimentos.

Contando com o alto espírito público dos Eminentíssimos Edis, espera-se aprovação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 08 de setembro de 1992


SÉRGIO AUGUSTO LEONI
Prefeito Municipal



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 30/92

ORIUNDO: Executivo Municipal

PARECER

Para devido Parecer, chega a esta Comissão o projeto de Lei em epígrafe, que tem por finalidade conceder aumento salarial aos empregados públicos municipais.

O projeto abrange o pessoal celetista, estatutário, ocupantes de cargos em comissão, funções gratificadas, inativos e os pensionistas do Município, cumprindo desta forma o que dispõe a Constituição Federal no tocante o Princípio da Isonomia.

O projeto cumpre, também, princípios eleitorais, onde é previsto que os aumentos não poderão exceder a inflação acumulada do último aumento.

Sendo assim, o projeto cumpre todos os requisitos para ser apreciado normalmente pelos Vereadores, a quem cabe pronunciar-se sobre o seu mérito.

Portanto, somos pelo Parecer favorável ao presente projeto.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1992

CESAR AUGUSTO LEONI

RELATOR



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL

LAPA - PR

FLS. Nº 07

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Pelo Voto:

ERNESTO DOS SANTOS NETO

MEMBRO

IVO CABRINI

MEMBRO



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº *03*

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 30/92

A.: Executivo Municipal

PARECER

Tendo em vista o recebimento do projeto em epígrafe, e o parecer formulado pela Comissão de Legislação Justiça e Redação, esta Comissão pronuncia-se de forma favorável ao presente projeto pois está ele revestido de legalidade, além de obedecer os ordenamentos eleitorais, pelos quais é previsto aumentos salariais com um teto máximo da inflação acumulada no período compreendido desde o último aumento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1992


MANOEL FRANCISCO M. VIDAL

RELATOR


ARTHUR OSCAR VIDAL MOREIRA

PRESIDENTE


CESAR A. LEONI

MEMBRO